

Ata de nº 687 de 25 de março de 2025

Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de março de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas e quarenta minutos no Plenário da Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde, sob a Presidência do vereador Luiz Carlos Machado e na presença dos demais Edis. Antecedendo a Reunião Ordinária, às 18h houve uma audiência pública do Executivo para apresentação do relatório de prestação de contas referente ao 3º quadrimestre de 2024. Dando início a sessão ordinária, o vereador Aloísio fez a leitura de um versículo da Bíblia. O vereador e secretário Lucas fez a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia 11 de março de 2025, a Ata foi aprovada por todos. O presidente convidou o assessor de convênios João Celso para fazer esclarecimentos sobre a situação do cadastro geral do município (CADIN e CAGEC), onde o mesmo explicou que o Município se encontrava irregular com o cadastro do CAGEC devido a multas ambientais recebida no ano 2024, sendo regulamentado pela gestão atual no dia 10 de março de 2025. A chefe de gabinete do Executivo, Tatiana, usou a tribuna para falar sobre a irregularidade do cadastro, onde mostrou quais foram as multas ambientais do Município e que agora o mesmo se encontra regular os cadastros pela nova gestão. O presidente agradeceu a presença do assessor João Celso. **Na ordem do Dia**, o vereador Gilberto fez indicação de nº 46. O vereador Lucas fez as indicações de nº 47 e 49. O vereador Maxuel fez indicação de nº 48. O vereador Aloísio fez indicação de nº 50. A vereadora Suelen fez as indicações de nº 51 e 52. O vereador José Roberto fez indicação de nº 53. A vereadora Suelen fez a leitura de seu requerimento de nº 06/2024, o requerimento foi colocado em votação, sendo aprovado por todos. O vereador Lucas fez a leitura do Requerimento de nº 07/2025 de autoria do vereador José Carlos, o requerimento foi colocado em votação, sendo aprovado por todos. A vereadora Suelen, fez a leitura do Projeto de Resolução 02/2025 em Regime de Urgência. O regime de urgência foi colocado em votação, sendo aprovados por todos. A pedido do Presidente, a assessora jurídica da Câmara, Dr Mônica fez esclarecimentos sobre o projeto. O projeto foi encaminhado para as Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Comissão de Orçamento e Finanças. O presidente fez a leitura dos Pareceres que foi aprovado pelas Comissões e após, colocou o projeto em votação no plenário, sendo aprovado por unanimidade. O presidente fez a leitura dos Pareceres favoráveis pelas Comissões do Projeto de Lei 07/2025 que estava em tramitação e após, colocou o projeto em votação no plenário, sendo aprovado por todos, tornando-se a Lei 771/2025. O presidente fez a leitura dos Pareceres favoráveis pelas Comissões do Projeto de Lei 08/2025 que estava em tramitação e após, colocou o projeto em votação no plenário, sendo aprovado por todos, tornando-se a Lei 772/2025. O vereador Lucas fez a leitura do Projeto de Lei 09/2025 encaminhado pelo Executivo que “Dispõe sobre a autorização para concessão de parcelamento dos débitos tributários municipais.” O projeto foi encaminhado para as Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, Comissão de Orçamento e Finanças, Comissão de Administração Pública e Obras (APO) e Comissão de Meio Ambiente, Habitação e Saneamento Básico. A vereadora Suelen fez a leitura do Projeto de Lei 010/2025 encaminhada pelo Executivo que “prorroga a vigência do plano municipal de educação e dá outras providências.” O projeto foi encaminhado para as Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, Comissão de Orçamento e Finanças e Comissão de Educação, Cultura, Desporto Lazer e Turismo. O presidente fez a Leitura do Ofício de nº 003/2025 encaminhado pela Associação de Amigos de Três Cruzes que solicita a esta Casa Legislativa uma contribuição financeira para a realização da tradicional festa de Três Cruzes. O Presidente fez a leitura do Convite para audiência Pública na Câmara Municipal de Rio Preto sobre implantação de uma OSS (Organização Social de Saúde) para administração da Santa Casa de Misericórdia de Rio Preto. No uso da tribuna, o vereador José Carlos comentou sobre a ausência de transparência nos processos licitatórios e editais realizados pelo Executivo e cobra para que a Lei nº 760/2024 que “Dispõe sobre o envio ao legislativo municipal de publicação do aviso de licitação,” seja colocada em vigor. Comentou também sobre uma situação ocorrida na aquela semana na Prefeitura Municipal, onde o vereador e a advogada Melissa foram mal atendidos pelo advogado da Prefeitura e o mesmo falou que a Lei 760/2024 era ilegal e ainda falou que não era pra eles voltarem lá, o vereador solicita que sejam tomadas as devidas providências, pois estava exercendo seu papel como vereador que é fiscalizar. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente Ata que vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais vereadores presentes.
